

Políticas de Preservação em Pelotas: Análise do estado de conservação de uma amostragem de Bens Culturais Edificados da Zona de Preservação 01.

RODRIGHIERO, Juliana Cavalheiro¹; MAZZUCCHI, Leticia Ferreira²

¹Universidade Federal de Pelotas – juh_rodrighiero@hotmail.com

²Universidade Federal de Pelotas - leticiamazzucchi@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por finalidade apresentar o estudo que está sendo desenvolvido como Trabalho de Conclusão de Curso da graduação em Conservação e Restauração de Bens Culturais Móveis da Universidade Federal de Pelotas (UFPel) no segundo semestre do ano de 2016. Através de uma pesquisa qualitativa e quantitativa, este trabalho busca verificar a eficiência do inventário como instrumento de preservação a fim de proteger não somente os imóveis estudados como também a paisagem cultural da cidade.

A cidade de Pelotas, situada ao sul do estado do Rio Grande do Sul, apresenta em sua arquitetura a presença de diversos estilos arquitetônicos, como por exemplo, luso-brasileiro, transição, eclético e pré-moderno, nos quais podem ser reconhecidos de acordo com o seu período de construção e a presença de elementos representativos de cada período. No entanto, conforme Carlos Alberto Ávila Santos (1997), Pelotas apresenta com maior incidência construções do período eclético que segundo ele, era um movimento estilístico que conjugava elementos ornamentais de épocas e nacionalidades diferentes. Muitas destas construções que remontam a períodos históricos estão enquadradas em mecanismos de proteção como o Inventário. Conforme a Secretaria Municipal da Cultura (SECULT), o inventário consiste em um instrumento de cadastro que contém informações a respeito dos Bens Culturais onde há um reconhecimento da arquitetura e do espaço urbano da cidade que tem por finalidade preservar o conjunto das edificações e seu contexto urbano.

Desta forma, esta pesquisa terá como objetivo geral analisar o estado de conservação das fachadas e volumetrias de imóveis inventariados inscritos na Zona de Preservação 01 da Lei nº 4.568 com ênfase nos bens agregados, sendo eles: ornamentos, revestimentos, estuques, elementos compositivos e entre outros. Por consequência, os objetivos específicos deste trabalho buscam contextualizar o fortalecimento e a consolidação das Políticas de Preservação no Brasil, sobretudo na cidade de Pelotas, averiguar no processo de Inventário os imóveis da Zona da Preservação 01 bem como observar a descaracterização das fachadas tendo em vista as modificações que não são permitidas de acordo com o Manual do Usuário de Imóveis Inventariados, correlacionar o imóvel e o seu entorno, comparar o estado de conservação do imóvel durante a regulamentação da lei nº 4.568 e seu estado de conservação atualmente e avaliar parcialmente a eficácia do inventário como instrumento de preservação para estes imóveis.

2. METODOLOGIA

As questões levantadas neste trabalho serão abordadas e discutidas através de uma pesquisa de campo que abrange pesquisa bibliográfica, pesquisa documental, observação *in situ*, registros fotográficos e análise comparativa. À vista disso, serão priorizados os autores que apresentam correlação com o tema, tais como: Carlos Alberto Ávila Santos, Leonardo Castriota, Maria Cecília Londres

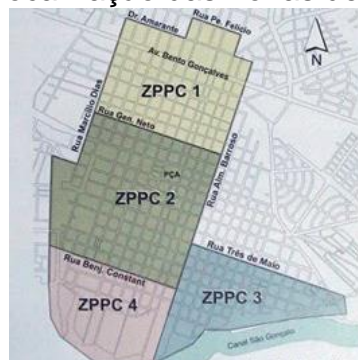
Fonseca, Pedro Paulo Funari, Mário Osório Magalhães, Manual de Usuário de Imóveis Inventariados e outros. Ademais, também será feito uma análise minuciosa no processo de Inventário da Zona de Preservação 01 a fim de coletar os dados pertinentes de cada bem a ser estudado, como dados históricos, artísticos e arquitetônicos. Como instrumento de pesquisa, será utilizada uma ficha de identificação que auxiliará na coleta de dados, na observação *in situ* e análises comparativas. Esta metodologia utilizada, juntamente com os registros fotográficos, resultará na análise comparativa entre o estado de conservação em que o bem se encontrava durante a regulamentação do inventário e como ele se encontra atualmente, podendo quantificar e tabular as informações verificadas.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A proteção de monumentos e objetos de valor histórico e artístico, no Brasil, começou a ser considerada politicamente relevante a partir da década de 1920 e segundo Pedro Paulo Funari e Sandra Pelegrini (2006) este tema foi abordado sistematicamente nas cartas constitucionais desde os primeiros anos da década de 1930. Apesar disso, a consolidação destas Políticas no Brasil aconteceu somente em 1988, através da Constituição Federal quando foi determinada ao Poder Público juntamente com o apoio da população a proteção do Patrimônio.

Já em Pelotas, um encontro de arquitetos do Rio Grande do Sul em 1978, resultou no firmamento da Carta de Pelotas. De acordo com o Almanaque de Pelotas (2014), este documento sintetizava a posição diante da destruição de prédios e outros monumentos de valor arquitetônico e histórico e, solicitava a criação, pelo governo estadual, de um organismo que se responsabilizasse pela proteção do Patrimônio Cultural Rio-grandense. Posteriormente, esta preocupação com o Patrimônio é mencionada novamente em 1980 no II Plano Diretor de Pelotas. No entanto, foi em 1982 através da Lei municipal nº 2.708 que a primeira lei em prol do Patrimônio em Pelotas foi sancionada e foi criado o Conselho Municipal do Patrimônio Histórico e Cultural (COMPHIC) no qual os primeiros imóveis da cidade foram cadastrados no inventário. Em 1996, com a Lei nº 4.093, a cidade criou um novo conselho denominado Conselho Municipal de Cultura (CONCULT). Dessa forma, no ano de 2000, a homologação da Lei nº 4.568, regulamentou o instrumento do Inventário e estabeleceu as Zonas de Preservação do Patrimônio Cultural (ZPPC) a fim de instituir a proteção aos imóveis inseridos neste instrumento. Com isso, foi disponibilizada uma listagem de 2091 imóveis inseridos neste inventário com diferentes níveis de proteção dispostos dentro e fora das Zonas de Preservação.

Figura 1-Mapa de Localização das Zonas de Preservação do Inventário



Fonte: SECULT

A Zona de Preservação – que tem por objetivo manter a integridade de acordo com a paisagem local- a ser estudada, possui 622 imóveis inscritos e de

acordo com a SECULT representa as primeiras ocupações da cidade que aconteceram em meados do século XIX entorno da antiga Igreja da Freguesia, hoje denominada Catedral São Francisco de Paula. No entanto, somente 10% destes imóveis serão analisados, e estes serão escolhidos por zoneamento e, classificados pela SECULT (2005) com a “Fachada Íntegra”. Ainda em meados de 2000, junto com a criação da SECULT- órgão responsável pelas políticas de preservação do município até hoje- foram realizados registros fotográficos para verificar o estado de conservação dos imóveis inscritos na legislação de 1982. Já em 2005-2006, para determinar níveis de proteção a estes imóveis, a SECULT fez verificações no qual foram priorizadas as características, tipologia, estilo arquitetônico predominante, leitura da paisagem e as descaracterizações associadas com a reversibilidade de alguns elementos como critérios quantitativos. Dessa forma, foi verificado o estado de conservação e os elementos originais presentes na edificação. Novos registros fotográficos foram realizados pela SECULT em 2012 devido a Lei de Isenção de IPTU. Como resultado, verificou-se que muitos imóveis estavam descaracterizados (Figuras 03,04 e 05).

Figura 03- Imóvel localizado na Av. Bento Gonçalves, nº 4193, em 1998



Fonte: Acervo SECULT

Figura 04- Imóvel localizado na Av. Bento Gonçalves, nº 4193, em 2005.



Fonte: Acervo SECULT

Figura 05- Imóvel localizado na Av. Bento Gonçalves, nº 4193, em 2012



Fonte: Acervo SECULT

Politicamente, a cidade de Pelotas apresenta importantes instrumentos para a preservação do Patrimônio Cultural Edificado. No entanto, é preciso avaliar se estes instrumentos estão sendo eficazes a ponto de preservar o Patrimônio para esta geração e para a geração futura. De acordo com a SECULT, os bens que estão inseridos no Inventário deverão, necessariamente, preservar suas fachadas públicas - face da construção que está voltada para o logradouro público- e a sua volumetria, de modo que não haja alterações que descaracterizem o edifício.

4. CONCLUSÕES

Com o crescimento das cidades brasileiras, consequentemente, o Patrimônio Cultural tende a se expandir e/ou sofrer alterações estruturais e

políticas. Dessa forma, é possível considerar que os instrumentos de proteção precisam constantemente de atualização a fim de averiguar o estado de conservação dos bens culturais inventariados. Esta pesquisa busca fazer uma avaliação inicial sobre a possibilidade de o instrumento inventário estar sendo eficaz ou não, no entanto, é possível esclarecer que novas investigações deverão ser levadas a termo para futura pesquisa de pós-graduação.

Como a pesquisa está em andamento, muitos dados ainda não foram coletados e averiguados. Até o presente momento, a pesquisa está na primeira fase, que consiste na análise do inventário para a coleta de dados históricos, artísticos e arquitetônicos acerca do bem e, o preenchimento da ficha de identificação. Enfim, após o levantamento de todos os dados e a observação *in situ*, será possível verificar o estado de conservação destes bens e a descaracterização nas fachadas entre o período de 2000 até 2016. Dessa maneira, a intenção é que no final do segundo semestre de 2016 esta pesquisa esteja concluída.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CASTRIOTA, Leonardo Barci. **Patrimônio cultural: conceitos, políticas, instrumentos**. São Paulo: Annablume, Belo Horizonte: IEDS, 2009.

CULTURA, Secretaria de Estado da. **Almanaque do Bicentenário de Pelotas – Volume 3**. 2014. Disponível em: <http://almanaquedepelotas.com.br/almanaque-v3.pdf> Acesso 21 de Julho de 2017.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em Processo**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/ Minc-Iphan. 2ª edição, 2000

FUNARI, Pedro Paulo; PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo. **Patrimônio Histórico e Cultural**. Rio de Janeiro: Editor Jorge Zahar, 2006.

MAGALHÃES, Mário Osório. **Opulência e cultura na província de São Pedro do Rio Grande do Sul: um estudo sobre a história de Pelotas (1860-1890)**. Pelotas: Editora da UFPel e Livraria Mundial, 1993.

PELOTAS, **Inventário do Patrimônio Cultural de Pelotas**. Disponível em: http://www.pelotas.rs.gov.br/politica_urbana_ambiental/patrimonio_cultural/patrimonio_cultural.pdf. Acesso em 10 de Maio de 2016.

PELOTAS, **Lei nº 4568 de 07 de Julho de 2000**. Disponível em: <http://www.gilbertocunha.com.br/informacoes/index.php?r=18&tit=Pelotas%20-%20Invent%20do%20Patrim%20nio>. Acesso em 11 Maio de 2016.

PELOTAS. **Manual do usuário de imóveis inventariados**. Prefeitura Municipal de Pelotas, Secretaria de Cultura. Pelotas: Nova Prova, 2008

SANTOS, Carlos Alberto Ávila. **Espelhos, máscaras, vitrines: estudo iconológico de fachadas arquitetônicas de Pelotas, 1870 -1930**. 1997. Mestrado em História Teoria e Crítica de Arte. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS. Porto Alegre, 1997.